



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - CEUB
PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

MAYARIANE R. C. CASTRO

**JORNALISMO POLICIAL: O COMPONENTE RACIAL NA EDITORIA DO “MONITOR
DA VIOLÊNCIA” DO PORTAL G1**

BRASÍLIA

2022

MAYARIANE R. C. CASTRO

**JORNALISMO POLICIAL: O COMPONENTE RACIAL NA EDITORIA DO “MONITOR
DA VIOLÊNCIA” DO PORTAL G1**

Relatório final de pesquisa de Iniciação Científica apresentado à Assessoria de Pós-Graduação e Pesquisa.

Orientação: Prof Dr. Luiz Claudio Ferreira

BRASÍLIA

2022

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os jornalistas e profissionais da comunicação pretos que um dia se depararam com algum conteúdo jornalístico que nos colocavam como inferiores ou criminosos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço ao professor Luiz Cláudio por acreditar em mim e embarcar nessa jornada em meio a tantos caos nas nossas vidas. Agradeço por todo o apoio e orientação durante toda a produção da pesquisa, no qual sua presença foi fundamental para minha performance.

Agradeço também aos meus pais por sempre estarem ao meu lado e acreditarem em mim, até quando eu mesma não acredito. Vocês são os únicos que realmente posso contar no fim do dia.

Agradeço aos meus amigos que me aguentaram durante todo o processo e me acalmaram todas as vezes que pensei em desistir e disse que não conseguiria. Eu consegui e foi graças a eles. Obrigada.

A herança da ditadura no noticiário está viva até hoje. A informação cedeu lugar ao espetáculo. E os grandes temas nacionais, muitas vezes vistos de forma conflituosa, por diferentes atores sociais, estão excluídos da tela. (LEAL FILHO, 2004, p.47)

RESUMO

Este trabalho tem como principal objetivo analisar reportagens publicadas na editoria especial “Monitor da Violência”, do portal *G1*, e o teor de reportagens construídas diante de um ponto de vista crítico-racial. A editoria especial tem como foco reportagens de cobertura jornalística policial e pautas que tem como tema a violência e criminalidade no Brasil. O **Monitor da Violência** é uma parceria entre o *G1*, o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, e foi criada em setembro de 2017. Esta pesquisa busca realizar uma análise detalhada das reportagens escolhidas e entender a construção jornalística diante da desigualdade social e uma minoria como foco do texto. Entre os resultados obtidos, pode-se destacar que dentro da editoria a linguagem acadêmica é dissolvida e reformulada com a linguagem coloquial, uma vez que o jornalismo é uma das formas mais eficazes que a imprensa tem para se aproximar da cidadania, conforme explica Felipe Pena. Também dentro dos resultados, é possível observar que dentro da editoria, diferentes tipos de desigualdades sociais são abordadas juntamente com o tópico de violência e criminalidade. Os critérios de noticiabilidade, não obstante, são mais relacionados com a ocorrência dos crimes do que com as causas das ocorrências ou mesmo eventuais soluções, uma vez que a apuração do fato e construção do texto diferem de tema para tema. Isso reveste-se de fundamental importância levando-se em conta de que se trata de um veículo com reportagens especiais e não apenas com conteúdos factuais, tendo como ponto de partida a necessidade da criação de uma editoria especial para abordar os temas de criminalidade e violência com profundidade.

Palavras-chave: jornalismo policial, racismo, desigualdade, cobertura jornalística

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	JORNALISMO POLICIAL E INVESTIGATIVO	13
2.1	PAPEL SOCIAL DO JORNALISMO	16
2.2	QUESTÃO RACIAL NO JORNALISMO	18
3	MÉTODO	22
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	25
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS (OU CONCLUSÕES)	41
6	REFERÊNCIAS	43
7	ANEXOS	46

INTRODUÇÃO

O jornalismo policial de cobertura criminal é um campo de interesse jornalístico que tem seu espaço consolidado dentro das redações e na grande mídia, nas grades televisivas e radialistas. Casos criminais são factuais e recorrentes de forma diária na sociedade e tais acontecimentos exigem uma apuração rápida pelo seu valor-notícia. É comum que neste sentido, notícias criminais sejam veiculadas de forma sensacionalista, com o objetivo de captar a atenção do público para ler aquele material, mas sem se preocupar com o impacto social que o jornalismo possui. Programas como *Cidade Alerta*, da *TV Record*, e *Na Polícia e Nas Ruas* da Rádio Atividade FM 107,1 são exemplos claros do jornalismo policial sensacionalista

Porém, essa editoria também conta com reportagens investigativas que buscam apurar problemas na segurança pública ou pautas sociais que envolvam segurança pública e a ação da polícia, como o especial "Presos Inocentes", realizado pela *Folha de S. Paulo*, disponível no Youtube.

O especial de grande reportagem relata casos de pessoas presas injustamente e que foram absolvidas das falsas acusações após cumprirem parte da sentença em cárcere. Partindo deste princípio formativo de opiniões do jornalismo, e tendo também como ponto de partida o recorte racial dos números de violência no Brasil, me senti motivada a entender de que forma são elaborados os materiais jornalísticos da editoria de jornalismo policial, uma vez que existe um código de ética jornalístico e a existência da linguagem jornalística que é amplamente usada nos materiais produzidos.

Como são casos criminais e acontecimentos diferentes, não há o uso padronizado e igual de termos e igualdade textual, porém é esperado que em casos similares haja uma similaridade também na narração do acontecimento. Por exemplo, há a reincidência diária da apreensão de pessoas portando uma certa quantidade de drogas, então espera-se que os textos tenham similaridade narrativa, uma vez que o fato possui semelhanças entre si. Porém, não é o que ocorre em certos veículos de imprensa.

Essas indagações e reflexões surgiram quando entrei no ensino médio, em 2016. Com o início dos estudos para vestibulares que exigem conhecimento de atualidades,

checar o jornal se tornou algo que tomava grande parte da minha rotina. Em um desses dias de estudos, me deparei com uma notícia que tinha como manchete algo similar a “ladrão rouba comida em mercado e é preso”. A manchete por si só me chamou a atenção pelo fato de ser um roubo de comida, um ato desesperado. Eu li e reli a notícia para entender todo o acontecimento e na matéria havia uma foto do acusado detido na delegacia. Ele era negro.

Não muito tempo depois, novamente navegando pelos jornais para estudos, me deparei com uma notícia que a manchete dizia “jovem empresário é preso por posse de drogas”. Fiquei me indagando o porquê do uso da profissão do indivíduo para a notícia. Quando abri a matéria, eu entendi o motivo de não terem usado outro termo na manchete. Havia uma foto do acusado e ele era um rapaz branco.

Com esta situação, e como pessoa negra que em várias situações me deparei sendo a única pessoa negra do local, eu lembrei da barreira social que ainda, infelizmente, existe causada pelo racismo enraizado na sociedade. As marcas da escravidão são recentes e perpetuam dentro do Brasil de uma forma grotesca e escancarada, uma vez que há diversas denúncias de casos de racismo diariamente e que não adiantam de nada, pois nada é feito para reverter o caso.

Foi a partir daí, ainda estudante no ensino médio, que comecei a observar melhor o uso de determinados termos em certas ocasiões para ver se havia neutralidade e posicionamento das pessoas que produziam o conteúdo. Sem estar na faculdade, eu não sabia sobre *lead*, pirâmide invertida e outros variados conteúdos que formam a escrita jornalística. Porém, dentro da faculdade, esse meu olhar analítico apenas se tornou mais focado e minucioso. Agora, com estudos e conhecimento dos bastidores do jornalismo, continuo com os mesmos questionamentos que o meu eu de anos atrás. Por que ladrão apenas nesse caso? A cor influencia mesmo? Será que a pessoa não percebeu a entonação que ela colocou na matéria? Será que esta pessoa não percebe o impacto que o jornalismo tem enquanto formadores de opinião? E se a acusação for falsa, como reverter a imagem de criminosa que foi implantada em um inocente causada por uma notícia?

Após apuração prévia sobre a editoria de jornalismo policial e participação em debates coletivos sobre questões raciais e sua representação na grande mídia, a objetivo

deste trabalho é de pesquisar e analisar profundamente os elementos raciais presentes no jornalismo policial e também analisar a construção textual desta editoria para entender de que forma um crime deve ser reportado a sociedade sem agredir os acusados, sem agredir as vítimas e também sem atrapalhar o trabalho investigativo policial.

Neste sentido, o problema de pesquisa são notícias que relatam um fato criminal com o uso de termos pejorativos e acusadores, tais como traficante, ladrão e criminoso, que possuem fotos ou elementos que permitem identificar o acusado como uma pessoa negra, enquanto notícias similares utilizam de termos neutros, como jovem, trabalhador ou homem, quando o acusado pode ser identificado como uma pessoa branca ou com grande poder aquisitivo.

Para abarcar o problema de pesquisa, o objetivo geral deste trabalho é, a partir da análise e apuração, investigar se a cobertura da editoria especial “Monitor da Violência”, do Portal G1, identifica ou contextualiza elementos raciais relacionados às histórias de crimes e apurações policiais e de que forma isto é realizado quando ocorre, para assim conceber quais as justificativas que são usadas quando tal ocorre. Serão analisadas 15 matérias publicadas na editoria “Monitor da Violência”, do período de novembro de 2020 à novembro de 2021. Foram discriminadas matérias que se utilizaram apenas do audiovisual, como VT e quadros usados em telejornais, uma vez que o foco da análise é a forma de redação destes materiais.

Especificamente, outros objetivos que são visados por este trabalho são refletir sobre o papel social do jornalismo policial no país, avaliar se pode existir um componente racista ou de tratamento diferencial nas coberturas jornalísticas em relação a cor de peles dos envolvidos nas narrativas trazidas, e também compreender se há uma abordagem mais aprofundada há matérias que abordem sobre o racismo em novembro, mês da consciência negra.

Será abordado no primeiro capítulo desta pesquisa o conceito de jornalismo policial e contextualizações acerca da difusão desta editoria no Brasil e no mundo, e também sobre a forma de trabalho que é usada dentro desta editoria. No segundo capítulo, será falado sobre o papel social do jornalismo e seu impacto social enquanto formadores de opinião e fornecedores de informação. No terceiro capítulo, será abordado sobre a

questão racial no jornalismo, dentro das redações enquanto termos e gírias que possam ter contexto racial ou racista, como a gíria 'a coisa tá preta' como algo com sentido negativo. No quarto capítulo, será abordado sobre o jornalismo de dados e como a forma que números e dados funcionam e são utilizados dentro do material jornalístico.

Assim, com o contexto prévio acima citado, em seguida serão anexadas as quinze análises das matérias selecionadas como objeto de estudo para a pesquisa e também serão adicionados os relatórios de análise, de acordo com o método escolhido. Por fim, conclusões finais feitas tendo em vista as análises e estudos feitos ao longo da pesquisa.

A pesquisa busca analisar a escrita jornalística usada dentro da editoria, observar a abordagem realizada na sua descrição a fim de identificar a existência de termos a referência racial. A pesquisa também procura entender de que forma foram realizadas as apurações das reportagens publicadas e como os temas são abordados dentro do contexto proposto pela coluna especial do G1.

2. Jornalismo policial e investigativo

A obra *“A Sangue Frio”*, de Truman Capote, publicada em 1965 é referência quando se trata de jornalismo policial e cobertura criminal. O livro narra o assassinato de uma família na cidade de Holcomb, interior do Kansas, nos Estados Unidos, ocorrido em 1959, de forma detalhada e minuciosa. O crime chamou atenção pela forma brutal que foi cometida dentro de uma cidade com apenas 270 habitantes na época; a família composta pelo patriarca, Herb Clutter, sua esposa, Bonnie Clutter, e um casal de filhos, chamados Keynon e Nancy, foram amarrados e amordaçados e mortos a tiros de espingarda à queima roupa, Herb ainda sofreu com um corte na garganta após sua morte.

Truman Capote encontrou o caso ao ler uma breve notícia sobre no New York Times e rumou até a cidade para apurar o fato. Ele narra todos os detalhes que abordam o caso, desde a reação da comunidade até a investigação policial e a captura dos criminosos com descrições densas e o uso de elementos literários, como se o fato fosse uma obra de ficção. Truman entrevistou pessoas próximas da família e também os próprios criminosos, apurou documentos e detalhes da investigação policial, conseguindo narrar no livro o caminho que os fugitivos fizeram antes de serem capturados e todo o processo de investigação até a morte dos criminosos por enforcamento.

Inicialmente, a obra foi publicada na revista *“The New Yorker”*, fazendo com que a edição que incluía seu texto batesse recorde de vendas e se transformasse em livro posteriormente. A obra de Truman Capote se tornou referência pois o trabalho dele revela que o trabalho do jornalista em realizar coberturas policiais todos os dias, lidando com notícias cruéis e recheadas de sangue, é difícil; Ele ainda acrescenta que muitas notícias caíam no senso comum e não possuem diferencial por se tratar de um assunto que acaba sendo repetitivo no dia a dia. Porém, sua obra causa controvérsia e é fortemente criticada pela forma que sua apuração foi feita.

Contextualizando a forma de construção do livro, um comparativo que pode ser estabelecido é entre Truman Capote entrevistando os autores do crime e Sônia Abrão entrevistando o sequestrador Lindemberg Alves, de 22 anos, enquanto ele mantinha sua

ex-namorada Eloá Pimentel, de 15 anos, em cárcere privado. Esta cobertura criminal virou objeto de estudo jornalístico pelo desfecho do crime e todas as consequências que a cobertura policial e investigativa causaram nesta situação.

O jornalismo policial surge no século 19, inicialmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, em seus jornais sensacionalistas. O contexto que este tipo de notícia surgiu foi na expansão do jornalismo e dos meios de comunicação em massa como meio rentável. Traquina (2005) afirma que a imprensa sofre com essa expansão por transformações culturais que ocorriam na sociedade da época, a notícia e a cultura letrada começa a expandir para além da elite social e alcançar as massas.

A década de 70 marca a expansão do conhecido como jornalismo policial no Brasil com a queda do AI-5, que traz a diminuição da censura para a imprensa e os permite produzir notícias que pudessem denunciar, minimamente, os casos de violência que ocorriam durante um regime ditatorial que utilizava da mídia e da imprensa para manipulação da imagem do Governo, como forma de propaganda. Assim, os jornais se tornam meios de denúncia do que ocorria na sociedade, como explica Traquina (2005). Nesta década, começa a surgir editorias de cobertura de crimes no jornal impresso de forma mais crítica, e na década de 90, é quando começa a difusão do jornalismo policial na TV, com o surgimento dos primeiros programas do gênero dentro da grade televisiva. Conforme diz Leal Filho (2004), há um impacto claro da ditadura militar nos meios de comunicação nacionais.

A sociedade brasileira foi anestesiada por um padrão anódino de noticiário, passando ao largo das grandes questões nacionais e longe das opiniões críticas. Se pelo aspecto tecnológico criou-se uma televisão de ponta, capaz de se rivalizar com as melhores do mundo, com respeito ao conteúdo desceu-se aos níveis mais baixos, particularmente no jornalismo [...].

A herança da ditadura no noticiário está viva até hoje. A informação cedeu lugar ao espetáculo. E os grandes temas nacionais, muitas vezes vistos de forma conflituosa, por diferentes atores sociais, estão excluídos da tela. (LEAL FILHO, 2004, p.47)

O jornalismo policial, em teoria, é a especialização dentro do contexto jornalístico que busca apurar, cobrir fatos criminais, assuntos ligados à segurança pública e ao sistema penitenciário, além de acompanhar investigações policiais, para noticiar a sociedade e informar o que está acontecendo ao seu redor. Essa editoria trabalha com casos de todos os tipos: roubos, furtos, assassinatos, sequestros, tráfico de drogas, animais ou de

pessoas, operações policiais, fatos ocorridos dentro de penitenciárias, como rebeliões e mortes. É considerada uma profissão de alto risco pelos assuntos que aborda, uma vez que os jornalistas muitas vezes entram em campo para a cobertura, similar ao jornalismo de cobertura de guerras no século XX.

O jornalismo policial está presente diariamente no material jornalístico escrito, por portais online de notícias, e também na grade televisiva, com programas completamente voltados para este assunto, como Cidade Alerta, da rede Record, e Brasil Urgente, da rede Band, ou apenas alguma manchete específica em jornais gerais, como Jornal Nacional, da rede Globo, e Jornal da Band, da rede Band. Desta forma, o jornalismo policial assim como outras editorias se tornam formadoras de opinião e exercem seu papel social em relação à informação. Segundo Borges (2002), os veículos assim causam influência direta na sociedade diante do que é noticiado.

Os noticiários policiais parecem dar sua parcela de contribuição para inserir o povo na telinha, cativando com isso grande parte do público. A inserção das chamadas classes populares nesses programas não se dá pela via do sublime, do belo (categorias que orientavam até certo tempo atrás a estética da mídia televisiva), mas está assentada no feio, no vulgar, na imoralidade, no monstruoso, no repugnante, a partir da montagem de um grande espetáculo. (BORGES, 2002, p.18)

Felipe Pena (2005), em Teoria do Jornalismo, afirma que “O jornalismo investigativo é uma das formas mais eficazes que a imprensa tem para se aproximar da cidadania. Se for exercido com responsabilidade, pode ser mais do que uma prática profissional: pode ser um instrumento cívico”. Para Pena (2005), o grande benefício do jornalismo investigativo é promover questionamentos e debates sobre as consequências das matérias produzidas e, assim, contribuir para o aperfeiçoamento da democracia. A reportagem investigativa pode ser fria, ou seja, sobre um assunto não urgente, sem prazo para ser concluída, ou tem que ser feita no mesmo dia em que o jornal recebe uma informação grave para ser checada.

Entretanto, nos últimos anos a procura por um furo de reportagem ficou mais acirrada. Com isso, os repórteres se antecipam ao trabalho judiciário e acabam transformando o que seria jornalismo investigativo em julgamentos públicos. Para isso, ao invés de fazer uma pesquisa acirrada sobre uma denúncia, ele acaba deixando que a denúncia seja a própria notícia. Neste caso, as fontes são, na maioria das vezes, pessoas

que estão interessadas na denúncia. Pena ressalta que "o jornalismo investigativo não se baseia em denúncias, apenas começa com elas.

Segundo Marco Antonio Zanfra (2007), o jornalismo policial perdeu sua importância, seu espaço foi reduzido e os jornalistas que cobrem a editoria policial não possuem preparo adequado e prévio para lidar com situações deste mundo, além do fato de que muitos que anteriormente faziam parte das coberturas desistiram da editoria, tornando-o um campo com menos profissionais ao longo dos anos. Zanfra ainda completa e diz que apesar das adversidades, o fato policial não deixa de existir e que o mesmo merece uma cobertura de forma adequada e com o mesmo cuidado e atenção que outras editorias recebem, como o jornalismo político.

2.1 Papel social do jornalismo

Segundo Lage (1987), a notícia durante a Idade Média eram informados de forma rígida, através de decretos e informes e sermões nas igrejas da época. A informação e os jornais, propriamente ditos, começaram a circular apenas no século XVII, no ano de 1609. O autor conta que o primeiro jornal veio de Bremen, Alemanha, e que nesta época o Governo juntamente da Igreja mantinham controle do conteúdo escrito e das impressões, fazendo-o ser vendido a preços muito baixos e em pouca quantidade. Apenas no século XIX, com a Revolução Industrial que os jornais passam a ter produção em massa e ter mais capital para investir nas impressões e há diminuição da censura do conteúdo.

Desta forma, é entendido como a informação é algo inerente e que sempre esteve presente na sociedade ao longo dos anos. A notícia e a informação, como formadoras de opinião social, é oriunda de um processo longo e de constante mudanças dentro da forma que elas são manuseadas. Desde os primórdios, a notícia foi usada como meio de persuasão e de impacto na sociedade, uma vez que a falta de informação tornava a população ignorante e, conseqüentemente, eles acreditavam no que era repassado.

Tendo em vista o citado, na atualidade, o papel da notícia permanece. Porém, agora com diversos mecanismos que facilitam o acesso à informação, como a internet e computadores, tornou-se mais fácil de notar os mecanismos utilizados para a formação de opinião pública. Com o avanço dos meios de informação, como transmissão de links ao

vivo e lives em tempo real em locais com algum fato importante acontecendo, o acesso à elas foi facilitado.

Segundo Kovach e Rosenstiel (2003), a primeira obrigação do jornalista é a verdade e o compromisso com a mesma. O jornalista precisa conceber que a verdade é a sua prioridade e que sua relação com o público é estabelecida de acordo com a verdade explorada e noticiada pelos mesmos. Em Os elementos do jornalismo, também é dito que o segundo elemento é que os jornalistas possuem o dever de serem leais ao público e manter sua relação pautada neste contrato social.

A divulgação de informação errada ou falsa pode retirar dos veículos de comunicação um princípio fundamental: sua credibilidade. Mais do que confirmar a veracidade é importante as suas consequências para o cenário político e moderar como isso afeta a vida cotidiana das pessoas. (SEABRA, SOUSA, 2006, p. 199).

Ainda de acordo com o dito no texto de Kovach e Rosenstiel, o jornalismo é uma ferramenta de poder social independente e que, em tese, é imparcial e tem como obrigação a transparência com o público. O jornalista deve verificar e apurar o fato, a fim de informar a sociedade sobre as precariedades do poder público e privado e quais medidas devem ser cobradas. É obrigação do jornalismo também criar esferas de debate, de modo saudável e civilizado, acerca das problemáticas sociais e assuntos de interesse público. O jornalismo tem como função estimular essas discussões e responder eventuais questionamentos que possam surgir, tais quais como questões acerca do Governo. O jornalismo também deve encontrar formas de transformar o significativo em interessante (2003, p. 226).

Dentro de outros elementos citados pelos estudiosos, diz-se que o jornalista possui a tarefa de analisar as nuances e detalhes do fato a fim de torná-lo mais interessante ao público e redigir a informação de forma que chame atenção e faça a população ter vontade de ler e se engajar no assunto. Juntamente a isto, o jornalista necessita também manter a informação de simples entendimento, sem a elitização do fato para que toda a população tenha acesso a mesma e consiga compreender a situação.

Anteriormente, os jornais eram mecanismos de divisão social, uma vez que com a existência apenas de jornais escritos, a população de baixa renda, que em sua maioria eram analfabetos, não possuíam acesso à informação e desta forma, o Governo não era

cobrado de suas obrigações público-sociais e a população se encontrava num ponto cego, no qual eles não sabiam o que estava acontecendo e eram privados de direitos básicos, como reajustes salariais e saneamento básico.

O último elemento listado como essencial do jornalismo é em relação à ética no trabalho. Kovach e Rosenstiel explicam que os praticantes devem ter liberdade para exercer o trabalho conforme sua consciência pessoal, ou seja, não há uma lista que informe o que é proibido ou incorreto, mas que estas percepções são pessoais e individuais pautadas nas visões de ética e moral de cada indivíduo. Este é um ponto que gera um debate aflorado em relação aos parâmetros usados no jornalismo, uma vez que o sensacionalismo usado por certos veículos e emissoras ferem os direitos humanos.

Os autores defendem que “a principal finalidade do jornalismo é fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar” (KOVACH, ROSENSTIEL, 2003, p. 31). Tal ponto gera mais discussões que partem de questionamentos em relação à percepção e a forma que a população lida com a informação. Será que os leitores recebem informações que precisam? Como os jornalistas decidem quais informações eles irão noticiar? O público sabe filtrar o que lhe é oferecido enquanto informação? Há informação suficiente sobre o assunto para que a população consiga criar uma opinião própria sobre?

São questionamentos e pontos relevantes e de extrema importância, tendo em vista que somos bombardeados com diversas informações ao longo do dia, que muitas vezes estão incompletas e é necessário que o público acompanhe atualizações sobre o caso para poder enfim criar uma opinião clara e concreta sobre a situação.

2.2 A questão racial no jornalismo

Segundo Kovach e Rosenstiel (2003), o público precisa se ver representado na mídia, uma vez que o jornalismo é a representação da sociedade e o que ocorre no cotidiano, é a reprodução da realidade. Porém, “as pessoas mais e mais vêm a imprensa como parte do sistema do qual se sentem distanciadas, em lugar de um serviço público que age em seu

nome". Dessarte, as pessoas de determinado grupo não se enxergam frente a tela que a grande mídia toma conta, neste caso, o grupo em questão são as pessoas negras.

A falta de representatividade negra no jornalismo é um fato, comprovado pela efetivação da jornalista Maria Julia Coutinho, conhecida como Maju Coutinho, em 2019, como a primeira jornalista negra a se tornar âncora do Jornal Nacional desde a sua criação, em 1969. Assim, há uma barreira evidente entre a representatividade negra na grande imprensa jornalística, o que causa um efeito direto e claro na forma que certos materiais noticiosos são abordados, uma vez que é produzido por uma pessoa branca.

Sodré (1999) utiliza o termo "síndrome de vampiro" para explicar e justificar o fato de que as pessoas negras não conseguem enxergar sua imagem no espelho da mídia, assim como um vampiro não consegue enxergar seu reflexo no espelho. Ele ainda reforça sua defesa e diz que a mídia tem papel crucial na criação de imagens e reprodução de estereótipos. Partindo desta visão, D'Adesky (2001) não consegue enxergar o esforço da mídia para reverter esse panorama.

A mídia não somente atualiza a distância que separava, na escravidão, a elite do povo, mas nega, com seu exclusivismo, as identidades culturais afro-brasileira e indígena, as quais não têm acesso, em pé de igualdade, às programações televisiva e radiofônica (D'ADESKY, 2001, p. 93-94).

Quando se analisa a questão racial dentro do jornalismo, é necessário levar em conta que todo indivíduo, independente da sua raça, cor ou gênero, é formado dentro de diferentes contextos sociais e com diferentes formações de sociedade, o que causa diferença nas experiências pessoais

No livro *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, Erving Goffman trabalha conceituações que ajudam na compreensão da questão do estereótipo. Ele trata de dois conceitos principais que são a identidade social virtual, que diz a respeito da ideia da formação do indivíduo a partir de preconceitos, e a identidade social real, que diz a respeito da ideia de formação do indivíduo a partir de fatos.

A questão da identidade social virtual se dá a partir da formação do caráter do indivíduo tendo em vista a sua inserção na sociedade e crescendo com visões estereotipadas de certos grupos sociais e situações devido ao contexto que está inserido, muitas vezes em uma bolha na qual não há a existência daqueles grupos estereotipados.

Por outro lado, a identidade social real parte do princípio de formação do indivíduo por meio de fatos, por meio de argumentos comprovados de alguma forma que comprovem o que está sendo transmitido ao indivíduo.

Com a falta de representatividade negra na imprensa e com a falta de sensibilidade ao produzir materiais que abordem pessoas negras, há criação das chamadas imprensa negra que parte do pressuposto de veículos focados em temas raciais e com enfoque especial na luta contra o racismo. Nessa imprensa, há a construção constante da narrativa negra sobre diversos assuntos, da área do entretenimento à área da política. Para Almeida (2018), o racismo advém diretamente da organização social.

O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas, e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade racista cujo racismo é a regra e não exceção (ALMEIDA, 2018, p. 38).

Ainda segundo Almeida (2018), ele afirma que pode-se dizer que “o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos”. O autor divide o conceito racial em dois pontos: o preconceito racial, que teria ligação com o juízo do que é baseado em estereótipos de um indivíduo ou grupo, e a discriminação racial, que teria ligação com o tratamento diferenciado ou inferiorização de um membro de determinado grupo em razão da sua identificação racial.

O termo raça não é fixo nem imutável. Assim, como Almeida (2018) pontua, seu sentido está inevitavelmente atrelado aos contextos e influências históricas presentes na formação da sociedade em questão. Raça é um conceito relacional e histórico que possui impactos diretos de conflitos, decisões e brigas de poder. Desta forma, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas. Ter uma pele negra ou clara não significa necessariamente ter descendência africana ou europeia.

Ferreira (2004) afirma que os profissionais de comunicação não possuem preparo para realizar e produzir materiais étnico-raciais, pois não possuem conhecimento

suficiente ou a capacidade de análise social requerida para abordar este tópico de forma correta, sem teor racista e sem reforçar estereótipos e discriminações em relação a população negra. Segundo Santos (1984), há diversas formas de reforço de racismo que estão intrínsecos na sociedade, pois “o racismo se introjeta no pensamento das suas vítimas, tornando-as, também, racistas” (SANTOS, 1984, p.73), seja através da negação da cor de sua pele e identidade racial, pelo alisamento dos cabelos, por cirurgias plásticas para diminuir traços fenotipicamente africanos, para uma melhor aceitação no meio social.

Para a realização desses procedimentos de embranquecimento, é necessário ter poder aquisitivo para tal situação, porém há uma grande divisão racial em se tratando de diferenças socioeconômicas. Segundo Ferreira (2004),

“Confinada em espaços pré-determinados da sociedade, como moradia em bairros pobres e periféricos, postos de trabalho subentendidos como pertencente aos negros, e sub julgada pelas forças de segurança, fato que é incluído nos noticiários, a população negra passa por um reforço de estereótipo constante. Exemplo disso é a produção de pautas sobre violência nas periferias e a aparição da Musa Globeleza, mulher negra - que até 2016 aparecia nua e sambando - e marca o início da cobertura carnavalesca da TV Globo. A seleção de assuntos veiculados na televisão se torna segmentado aos negros, sejam homens ou mulheres, deixa de ser informativo e tem, como plano de fundo, o reforço do estereótipo.” (FERREIRA, 2004)

Neste mesmo pensamento, Mello (1997) diz,

“A privacidade que o dinheiro traz pode ser um desejo pessoal, já que nas favelas seu corpo e sua vida privada estão expostos. A favela é um espaço compartilhado de moradia: a casa, o domínio particular de cada um, ali não começa da porta para dentro, pois às vezes nem porta existe direito. Na favela, o domínio da privacidade se confunde com o espaço coletivo em reentrâncias, em limites permeáveis, porosos, onde é íntimo atinge o que é público e o que é privado abriga o que é pessoal de um de um modo improvisado, singular, mutante”. (MELLO apud BUCCI, 1997)

Sodré (2004) reitera que por mais que existam jornalistas negros ocupando cargos de chefia em prestigiados telejornais, como a Maju Coutinho, este número é quase insignificante comparado com a quantidade de jornalistas brancos.

A falta de representatividade de profissionais negros é uma situação que ainda acontece nas redações de jornais. Segundo o estudo “Quem é o Jornalista Brasileiro?” (2012), realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em parceria com a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), apesar de menos da metade da população brasileira (47,7%) serem brancos, jornalistas autodeclarados brancos somaram 72% dos

jornalistas entrevistados na pesquisa. Por outro lado, apenas 23% dos jornalistas se reconhecem como negros ou pardos, que, de acordo com Censo 2010, realizado pelo IBGE, compõem 51% dos habitantes do Brasil.

3. MÉTODO

Este trabalho tem por objetivo analisar reportagens do “Monitor da Violência” a fim de identificar se os materiais trazem causas como o racismo estrutural e diferenças socioeconômicas desses materiais, tendo como corpus de pesquisa 10 reportagens publicadas de novembro de 2020 a novembro de 2021. O período de análise foi selecionado tendo em vista uma efeméride: o dia da consciência negra, que se celebra no dia 20 de novembro.

O objeto de estudo do projeto de pesquisa é a editoria especial “Monitor da Violência”, do portal G1. O Monitor da Violência é uma parceria entre o G1, o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. A editoria foi criada em setembro de 2017 com o objetivo discutir a questão da violência e criminalidade no país com linguagem jornalística e acadêmica. O NEV-USP tem como foco de pesquisa o estudo sobre os homicídios no Brasil. O grupo procurou a redação do G1 para apresentar um projeto que buscasse aproveitar essa produção industrial de histórias relacionadas a violência.

A pesquisa foi feita de forma tecnológica, uma vez que o objeto de estudo é um portal de notícias online. A área abordada na pesquisa é área jornalística, tendo como enfoque a cobertura policial com viés para narrativas sociais.

Para a seleção deste objeto, foram separadas todas as postagens feitas pelo site especial nesse período, excetuando-se aquelas que só traziam vídeos de outros veículos do grupo *O Globo*, como do programa *Jornal Nacional*, por exemplo, que poderiam, em nosso entender, interferir no resultado do levantamento sobre o observatório em vista de que não se tratava de uma apuração para o veículo em tela.

A estratégia metodológica adotada teve como caminho prioritário a análise documental, com ferramentas de análise de conteúdo, segundo Bardin (1977). De acordo com a autora, a análise documental é

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 205).

Bardin (1977) divide a análise de conteúdo em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, que consiste na inferência, análise e interpretação. Para a autora, a fase de pré-análise é a organização dos documentos que consistirão na pesquisa, incluindo todos os procedimentos preparatórios para a análise. Nele se inclui, a escolha dos documentos a serem analisados, a elaboração do objetivo da análise e criação de indicadores que servirão para a análise do resultado final, e categorização.

A parte de exploração do material consiste no estudo aprofundado do material, levando em consideração o referencial teórico acerca do tema escolhido. Além disso, também é feita a categorização e seleção de regras a serem aplicadas no material a ser analisado. Essa exploração conta com a descrição do material, que elenca características dos textos

Por fim, a fase final é a de tratamento de resultados, no qual é realizada a interpretação inferencial que busca refletir e analisar os dados documentais reunidos, para assim inferir-se e chegar a conclusões em relação ao conteúdo latente. A fase final conta com a leitura analítica e interpretativa dos dados analisados e coletados para chegar a conclusões concretas sobre os documentos analisados.

A partir desses elementos, optamos por observar sistematicamente as 10 reportagens em duas fases analíticas:

a) Fase 1 - Descrição do material

a.1) Sobre o que é o texto?

a.2) Quais as fontes trazidas?

- a.3) Os links do texto remetem para onde?
- a.4) Conteúdos complementares que possui no texto
- a.5) Número de parágrafos
- a.6) Quais dados há exposto na matéria?
- a.7) Qual é o foco do texto?

b) Fase 2 - Análise individual do material

- b.1) Há explicações sobre as causas dos crimes?
- b.2) Há referências à cor de pele de algum indivíduo?
- b.3) Há referências ao racismo ou outro tipo de crime de ódio?
- b.4) Há referências socioeconômicas no texto?
- b.5) Quais as desigualdades expostas no texto? (como racismo, machismo, homofobia e xenofobia)
- b.6) Existem soluções apresentadas no texto?

c) Fase 3 - Após a análise individual das 10 reportagens, trataremos de esboçar uma comparação entre os resultados alcançados com uma análise geral, pautada nas seguintes questões:

- c.1) Como os especialistas são utilizados neste observatório?
- c.2) Quais são as principais semelhanças entre as matérias?
- c.3) Quais são as principais diferenças entre as matérias?
- c.4) Como as reportagens qualificam ou identificam as vítimas de violência?
- c.5) Como as reportagens qualificam e identificam os autores da violência?

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir do que foi trazido no capítulo anterior de metodologia, passaremos a fazer as observações de cada uma das 10 reportagens elencadas. As análises ocorrem em ordem cronológica dentro do período analisado, das publicações feitas de novembro de 2020 até novembro de 2021.

4.1. Reportagem 1 - “ Brasil tem alta de 4% no número de assassinatos nos primeiros nove meses do ano”

Data de publicação: 19/11/2020

Autor: Não identificado

A primeira reportagem traz uma análise comparativa do número de mortes violentas, sinalizadas como assassinatos segundo a matéria, que ocorreram no Brasil. A apuração para o número total de mortes foi feita pelo site G1 pelo método de acompanhamento mensal do número de mortes, com solicitação de dados via assessoria de imprensa e Lei de Acesso à Informação, seguindo o padrão utilizado pelo Fórum no Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Na análise, não foram incluídas mortes causadas por intervenção policial.

Segundo a reportagem, em 2020, ocorreram 32.298 mortes violentas, contra 31.022 no mesmo período do ano de 2019, ou seja, 1.276 mortes a mais. Na análise, é destacado que o Nordeste foi a região com maior alta na taxa de assassinatos, tendo uma alta de 19%. Em 16 estados do Brasil, a taxa de mortes aumentou, enquanto no restante houve queda, assinala a reportagem.

O estado com o maior aumento foi o Ceará, com alta de 84% na taxa. A matéria contextualiza que, em fevereiro, os assassinatos aumentaram em função, principalmente, do motim de parte da Polícia Militar no estado do Ceará. Foram cerca de 13 dias da greve policial que ocasionou 312 homicídios, uma média de 26 por dia.

O texto não conta com entrevistas ou fontes que possam esclarecer os números e dados expostos no material. É um material expositivo e sem a presença de fontes primárias, que segundo Lage, são as fontes que fornecem a essência da reportagem e está envolvida diretamente na produção de conteúdo jornalístico.

Ao todo, o texto conta com dois intertítulos e vinte parágrafos, além de contar com dois infográficos. Há no total de seis links na reportagem, sendo eles um link que remete ao número de assassinatos que ocorreram em 2019, um link que remete a notícia dos motim nas unidades carcerárias do Ceará, no início de 2020, um link sobre o aumento de assassinatos em abril de 2020, um link falando sobre o número de assassinatos estabilizando em maio, um do balanço do Monitor da Violência de 2019 e um do balanço do primeiro semestre de 2020. As fontes utilizadas foram o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

4.1.1 O tratamento das hipóteses

O texto ainda aborda, no final, o impacto do início da quarentena e do isolamento social devido a pandemia de covid-19. Em relação à exploração de hipóteses, é observado que, mesmo com a diminuição da circulação de pessoas nas ruas, esse fator não interferiu na alta do número de assassinatos.

O texto não traz explicações sobre as causas dos assassinatos relatados. Aborda, sim, como enumeração de dados da ocorrência dos crimes. Não foi abordado, nesse texto, o racismo como fator de violência. Não há também abordagens relacionadas à cor de pele dos indivíduos (suspeitos ou vítimas).

Não obstante, é possível identificar a presença de informações sobre as relações socioeconômicas na estrutura do texto. Uma exemplificação disso é que se traz a situação de motim nas unidades carcerárias do Ceará, fator que colaborou, segundo os especialistas ouvidos, com a alta de crimes no local.

Não há no material solução apresentada no texto para redução ou reflexão sobre os números da violência contidos ali.

O material, ao omitir discussões de fundo sobre as dificuldades sociais em função da pandemia, torna o conteúdo menos perene no sentido de se buscar entender os fenômenos da segurança pública.

4.2. Reportagem 2 - "Vidas menosprezadas, mortes banalizadas"

Data de publicação: 23/04/2021

Autor: Bruno Paes Manso, Renato Sérgio de Lima e Samira Bueno, Núcleo de Estudos da Violência da USP e Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Link:

<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/04/23/vidas-menosprezadas-mortes-banalizadas.ghtml>

A reportagem tem como principal fio condutor o número de mortes de policiais causadas pelo coronavírus. Aborda-se que a categoria foi uma das que continuaram trabalhando durante os piores momentos da pandemia enquanto “grande parte da população estava afastada” e “trabalhando no formato de home-office”. Segundo o texto, 465 policiais morreram em 2020 em decorrência do coronavírus.

Foi feito um estudo dentro das unidades federativas do país para averiguar quais locais foram os com maior taxa de agentes penitenciários que sofreram com covid devido ao emprego, que não teve quarentena e isolamento como outros empregos.

Foi trazido, assim, que o Amazonas foi o estado com a maior taxa de policiais mortos, com a taxa de 4,7 mortos por grupo de 1 mil policiais. Naquele estado, os policiais morreram cinco vezes mais por covid-19 do que a média nacional. Uma relação que a reportagem faz é que, o Amazonas passou por uma forte crise na área da saúde em janeiro de 2020, beirando o colapso da rede de saúde, devido ao alto número de pessoas internadas e a falta de recursos para tratamento, com ênfase nos tubos de oxigênio que estavam em falta.

Além do número de policiais mortos pela doença, no material ainda se destaca o número de profissionais que foram apenas afastados do trabalho devido a sintomas de covid-19 ou por serem enquadrados nos grupos de risco.

4.2.1. As vítimas são os policiais

As fontes utilizadas dentro do texto foram Samira Bueno e Renato Sérgio de Lima, que são diretores do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, e a apuração realizada pela equipe que é encarregada do Monitor da Violência. Não há nenhuma fonte testemunhal para dar suporte ao texto, uma vez que não conta com nenhuma entrevista que traga algum profissional da área que exemplifique os fatos esclarecidos no texto.

O texto conta com três links, o primeiro direciona para a página inicial do Monitor da Violência, o segundo aponta para uma reportagem do portal G1 que trata sobre o número de policiais mortos com covid-19, e o último link leva a uma notícia do mesmo portal sobre a morte de um policial em possível surto na Bahia.

O texto possui 15 parágrafos, divididos em quatro intertítulos, e acompanha dados de mortes dos policiais em função da doença. Segundo o texto, 465 policiais morreram em 2020 em decorrência do novo coronavírus. A taxa média nacional de mortes por Covid-19 é de 0,9 policiais para cada grupo de mil policiais. Não há nenhuma informação em relação a insumos de segurança sanitária durante o período de pandemia, como fornecimento de máscaras e álcool em gel, testes rápidos de antígeno e sanitização dos locais.

A reportagem não trata de um crime específico, e sim, sobre uma situação abrangendo a classe trabalhadora diretamente ligada com a população carcerária, trazendo para o texto agentes penitenciários e a classe dos policiais.

Não há referências à cor de pele dos indivíduos ou ligação com qualquer forma de preconceito. O texto não traz nenhum debate socioeconômico enquanto vítimas, faz apenas uma breve citação de que policiais são peças de um jogo político que ocorre e durante a pandemia suas condições de trabalhos foram péssimas. Não há nenhum esclarecimento sobre benefícios profissionais ofertados, como plano de saúde especial ou fornecimento de convênios, e também não há nenhuma situação sobre a situação salarial dos mesmos.

4.3. Reportagem 3 - "Número de policiais mortos com Covid-19 é mais que o dobro dos que foram assassinados nas ruas em 2020"

Data de publicação: 23/04/2021

Autor: Camila Rodrigues da Silva, Felipe Grandin, Gabriela Caesar e Thiago Reis

Link:

<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/04/23/numero-de-policiais-mortos-com-covid-19-e-mais-que-o-dobro-do-de-assassinados-nas-ruas-em-2020.ghtml>

A reportagem em tela possui o mesmo tema que a reportagem anteriormente analisada, porém com um viés expositivo em dados. A reportagem trata sobre o número de policiais que morreram em 2020 por decorrência da covid-19, uma vez que eles foram uma das classes que não trabalharam de forma remota ou home-office já que sua função era impossibilitada de aderir a este método. O texto traz grande apuração no que tange a números e também traz declarações sobre o direito vacinal da classe trabalhadora em questão.

O texto traz ao fim uma declaração de um policial que foi internado com covid, porém dez dias após a fala citada, enviada a um amigo. O policial Diógenes Moreno morreu por causa da doença. No mesmo trecho que traz este relato, a reportagem conta com outras exemplificações de como o coronavírus afetou a classe dos policiais em diferentes níveis, desde profissionais efetivados até pessoas que estavam em treinamento para assumir cargos.

As fontes trazidas no texto são as mesmas da reportagem anterior, sendo eles um levantamento exclusivo do G1 com informações coletadas nas polícias Civil e Militar e nas secretarias da Segurança Pública dos 26 estados e do Distrito Federal, Bruno Paes Manso, do Núcleo de Estudos da Violência da USP, e Samira Bueno e Renato Sérgio de Lima, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, além de trazer também personagens indiretos para o texto.

A reportagem utiliza um total de 10 links do portal G1, que remetem, de forma cronológica a aparecer no texto, a uma reportagem sobre o número de agentes assassinados nas ruas do país em 2020, a análise do FBSP e do NEV-USP sobre a situação, a uma página que explica a metodologia usada no Monitor da Violência, a uma reportagem sobre a morte de dois PMs por suspeita de coronavírus no RJ, outra sobre a morte de jovem dias após se formar como soldado da PM, e outra sobre um PM que venceu o coronavírus após ser desenganado pelos médicos.

Também há um link externo que leva à página de recomendações da Polícia Militar do Pernambuco. Logo em seguida, os links remanescentes remetem a reportagens sobre reclamação dos PMs do Rio de Janeiro sobre falta de apoio e relatam esforço para se proteger durante pandemia da covid-19, sobre recomendações do Ministério Público do RJ em relação a Covid-19 para PM e Polícia Civil. O último link remete a um texto sobre o aumento do número de policiais mortos em 2020 e a queda ligeira de pessoas mortas pela polícia.

4.3.1. Além dos números...

O texto conta com 39 parágrafos, divididos em cinco intertítulos. Sobre dados, a reportagem traz o total de vítimas que morreram por causa da Covid-19, 465 policiais civis e militares da ativa, os estados com mais policiais mortos pela doença, que foram Rio de Janeiro (65), Amazonas (50) e Pará (49), o total de policiais afastados em algum momento,

126.154 policiais, o que representa 25% do total do efetivo no país, e o estado com maior percentual de afastamento pela doença, que foi o Tocantins, com 38% do total.

O texto traz também dados que não estão relacionados ao tema central da reportagem, mas que tratam a respeito do número de mortes envolvendo policiais, como autores ou vítimas (isso é interessante! Mas por que eles trazem essas informações? Como isso está no texto?). O Monitor da Violência mostrou que o número de policiais mortos aumentou 10% na comparação de 2019 com 2020 e passou de 180 para 198, o Piauí foi o estado com a maior taxa de policiais mortos, houve queda de 3% nos dados de pessoas mortas pela polícia, passando de 5.829 em 2019 para 5.660 em 2020, 17 estados apresentaram alta nas mortes pela polícia e o Amapá aparece como o estado com a maior taxa de letalidade policial em 2020: 12,8 por 100 mil habitantes. A taxa nacional foi de 2,7 por 100 mil e o Distrito Federal teve a menor taxa: 0,4 a cada 100 mil.

Conforme é explicado ao longo do texto, ele não se trata de crimes e sim, de uma situação de calamidade pública. Não há nenhuma referência a cor de pele de nenhum dos envolvidos na reportagem. O texto relata brevemente sobre desigualdades de poder quando chama policiais de marionetes da política, segundo o repórter do material.

4.4. Reportagem 4 - "Superlotação, Covid-19 e ausência de dados: a situação das prisões brasileiras"

Data de publicação: 17/05/2021

Autor: Ricardo Campello e Mariana Chies-Santos

Link:

<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/05/17/superlotacao-covid-19-e-ausencia-de-dados-a-situacao-das-prisoas-brasileiras.ghtml>

A reportagem tem como foco principal o número total da população carcerária do Brasil e a sua superlotação, correlacionando este tópico com a contaminação em massa da covid-19. Traz para o texto também medidas e recomendações por parte do Governo Federal em relação a este tópico, além de expor os mecanismos utilizados para a mensuração do total de presos contaminados. O material demonstra a invisibilidade da população carcerária ao tratar das mortes dentro das unidades prisionais de forma específica e ao evidenciar que as mesmas não são noticiadas pela grande mídia.

O texto reitera a falta de políticas públicas por parte do Governo Federal, sem uma comprovação oficial, que visam melhorar de alguma forma a situação de superlotação nas prisões, nem políticas públicas que tenham como foco a população carcerária e suas condições precárias de vida. O texto é escrito de forma bem direta e incisiva sobre a situação desta população, uma vez que eles ficam isolados da sociedade e é difícil o acesso para captura de informações e dados.

As fontes trazidas no texto são Organização Mundial da Saúde (OMS), Conselho Nacional de Justiça (CNJ), observatório Infovírus e apurações próprias do Monitor da Violência. Traz também como fonte indireta no texto o autor Ricardo Campello, do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, e Mariana Chies-Santos é pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. Não traz relatos de familiares de detentos brasileiros.

O texto conta com 10 links ao todo e começa com link a Recomendação n. 62 de 17 de março de 2020 do CNJ. Em seguida, há uma série de cinco links diretos em forma de tópicos na seguinte ordem: população carcerária diminui, mas Brasil ainda registra superlotação nos presídios, infográfico mostra raio X do sistema prisional, Brasil aparece em 26º em ranking de países que mais encarceram, movimento combate desigualdades no acesso aos serviços, situação escancara necessidade de reforma estrutural urgente, análise do NEV-USP em relação a superlotação, Covid-19 e ausência de dados e metodologia do Monitor da Violência.

4.4.1. Desigualdade e invisibilidade na pauta

O texto possui 15 parágrafos, divididos em dois intertítulos. Os autores trazem dados sobre a população carcerária, sendo eles, a marca de 682 mil pessoas presas no ano de 2021 no Brasil, com um total de 241 mil pessoas acima da capacidade estimada das prisões, há cerca de 85 mil policiais penais trabalhando nas 2.867 unidades que constituem o cenário carcerário do país, segundo o Monitor, foram 437 óbitos e 77.608 casos da doença entre presos e servidores dos sistemas penitenciários no ano de 2020.

A explicação sobre a superlotação das unidades prisionais é o descaso governamental e político no que se trata sobre a negligência a essa parcela da população em situação de vulnerabilidade. Não é feita nenhuma inferência sobre cor de pele dos indivíduos, mas são citadas as consequências da diferença socioeconômica no que tange a população em

cárcere. As desigualdades desta população presa, mas não há apontamentos sobre crimes de ódio ou formas de preconceito. Também não são apresentadas soluções para a situação.

4.5. Reportagem 5 - "Com 322 encarcerados a cada 100 mil habitantes, Brasil se mantém na 26ª posição em ranking dos países que mais prendem no mundo"

Data de publicação: 17/05/2021

Autor: Camila Rodrigues da Silva, Felipe Grandin, Gabriela Caesar e Thiago Reis

Link:

<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/05/17/com-322-encarcerados-a-cada-100-mil-habitantes-brasil-se-mantem-na-26a-posicao-em-ranking-dos-paises-que-mais-prendem-no-mundo.ghtml>

O texto aborda o tamanho da população carcerária do Brasil e em qual colocação estamos no ranking mundial de presos. O ranking em questão é da "World Prison Brief", do Instituto de Pesquisa de Política Criminal da Universidade de Londres, e leva em conta mais de 200 países e territórios. Nesta apuração sobre a taxa de aprisionamento a cada 100 mil habitantes, a colocação do Brasil é 26º.

Além desta apuração, o ranking também mostra que o Brasil fica na 103ª colocação se for levado em conta o percentual de presos sem julgamento dentro do sistema carcerário. A reportagem traz também dados coletados pelo próprio G1, com apoio de parceiros do Monitor da Violência e de acordo com a metodologia utilizada, no que tange ao percentual total da quantidade de presos a cada 100 mil habitantes, com comparativos a outros países populosos, como China, Estados Unidos e Índia.

As fontes trazidas para o texto são Núcleo de Estudos da Violência da USP, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Instituto de Pesquisa de Política Criminal da Universidade de Londres, defensor público e ex-diretor do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), Renato De Vitto, Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (Agepen) de Mato Grosso do Sul. Além de fontes oficiais, a reportagem também traz fontes comuns que relatam histórias de detentos enquanto vítimas do sistema prisional brasileiro.

O texto conta com sete links em formato de lista, porém não há links dentro do texto. Os links anexados a reportagem são população carcerária diminui, mas Brasil ainda registra superlotação nos presídios, infográfico mostra raio X do sistema prisional, houve 450 óbitos

de presos e servidores, movimento combate desigualdades no acesso aos serviços, situação escancara necessidade de reforma estrutural urgente, link para o especial “Superlotação, Covid-19 e ausência de dados, e a metodologia do Monitor da Violência.

A reportagem conta com 25 parágrafos que estão divididos em quatro intertítulos. O texto tem como foco e traz os seguintes dados: o país tem 322 pessoas presas para cada 100 mil habitantes, taxa prisional do Brasil de 2020 era de 338 presos para cada 100 mil habitantes, o país tem capacidade para abrigar 440.530 presos, o Mato Grosso do Sul tem a maior taxa do país, com 748 presos para cada 100 mil habitantes, Mato Grosso do Sul é o estado que mais prende mulheres, 107 a cada 100 mil, mulheres representam 4,5% do total de presos no Brasil, e 217.687 presos ainda aguardam julgamento, o que equivale a 31,9% do total de presos.

4.5.1. O tráfico de drogas como vilão

O texto é expositivo, por conseguinte, não há explicações dos crimes ou dos motivos que levaram as pessoas a serem presas, porém o estado do Mato Grosso do Sul declara como justificativa das altas taxas do estado o fato de fazer fronteira com dois países (Bolívia e Paraguai) considerados predominantes produtores de entorpecentes mundiais. Não há referência a cor de pele dos detentos ou citação a crimes de ódio, porém há exposição de desigualdade social no que tange a reinserção de pessoas presas na sociedade. Não há soluções apresentadas para nenhum dos fatos expostos na reportagem.

4.6 Reportagem 6 - “Sistema prisional registra quase 450 óbitos por Covid-19; nº de servidores mortos é maior que o de presos”

Data de publicação: 17/05/2021

Autor: Camila Rodrigues da Silva, Felipe Grandin, Gabriela Caesar e Thiago Reis

Link:

<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/05/17/sistema-prisional-registra-quase-450-obitos-por-covid-19-no-de-servidores-mortos-e-maior-que-o-de-presos.ghtml>

A reportagem aborda o número de presos que morreram por decorrência do coronavírus, levando em consideração que esta parcela da população estava em reclusão, sob tutela do Estado, que deveria, em tese, garantir seus cuidados com a saúde. O texto

denuncia as condições que as agências penitenciárias se encontraram durante o período de pandemia, como a falta de testagem em massa mesmo com casos positivos dentro da unidade prisional.

A reportagem não denuncia somente as condições dentro das unidades, mas também o suporte que a classe trabalhadora de policiais, servidores e agentes penitenciários receberam durante a pandemia. O texto traz relatos de pessoas que trabalham diretamente dentro deste contexto, e que estiveram desamparadas em relação a suporte de equipamentos de proteção e mecanismos de cuidado.

As fontes trazidas no texto são Núcleo de Estudos da Violência da USP, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, presidente da Federação Nacional Sindical dos Servidores Penitenciários (Fenaspen), Departamento Penitenciário Nacional (Depen), defensor público e ex-diretor do Depen, Renato De Vitto, Bruno Renato, do Mecanismo Nacional de Combate à Tortura, e Tales Fonseca Tranin, da Promotoria da Execução Penal e Fiscalização de Presídios do MP do Acre. Além destas fontes, foram trazidas três trabalhadores como entrevistados, sendo eles um policial penal, mãe de detentos e uma médica de família e comunidade.

O texto em si não possui links diretamente inseridos ao longo do texto, porém no meio da reportagem, há uma lista com seis links que direcionam a outros conteúdos do Monitor da Violência. São eles: população carcerária diminui, mas Brasil ainda registra superlotação nos presídios, com 322 encarcerados a cada 100 mil habitantes, Brasil se mantém na 26ª posição em ranking dos países que mais prendem no mundo, movimento nacional pela redução da população carcerária combate desigualdades no acesso aos serviços, análise do NEV-USP, ausência de coordenação do governo federal é lamentável, análise do FBSP, mesmo com redução da população carcerária, situação nos presídios escancara necessidade de reforma estrutural urgente e mapa mostra superlotação e percentual de provisórios em cada estado.

O texto tem 49 parágrafos, que estão divididos via cinco intertítulos. Os dados trazidos na matéria são em relação a Covid-19 com a população carcerária, sendo eles ao menos 437 presos e servidores do sistema prisional morreram em decorrência da Covid-19, houve 20.361 servidores infectados e 57.247 presos contaminados com a doença, houve compra de insumos de combate à Covid e testes rápidos, por exemplo, foram investidos R\$ 46.491.959,10, segundo nota da Depen.

Não há crime citado ou especificado dentro do texto para identificar e justificar as mortes elencadas nas apurações feitas. Da mesma forma, não há referência a cor de pele dos indivíduos, bem como não cita racismo, nem qualquer outro tipo de crime de ódio. Há referência de diferenças socioeconômicas na reportagem, uma vez que traz relato de familiares de uma pessoa encarcerada e que depende da ajuda da família dentro da unidade prisional. Não há soluções exemplificadas no texto.

4.7 Reportagem 7 - “Mesmo com redução da população carcerária, situação nos presídios escancara necessidade de reforma estrutural urgente”

Data de publicação: 17/05/2021

Autor: David Marques e Betina Barros

Link:

<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/05/17/mesmo-com-reducao-da-populacao-carceraria-situacao-nos-presidios-escancara-necessidade-de-reforma-estrutural-urgente.ghtml>

A reportagem é sobre as más condições estruturais dentro das unidades prisionais do Brasil. O texto traz um viés analítico e interpretativo, levantado pelos autores do material, que aborda sobre o número de presos e servidores ligados ao sistema prisional que foram vítimas da Covid-19 e a quantidade de pessoas dessas duas parcelas que morreram em decorrência do vírus. O texto também cita as desigualdades e descaso que já ocorria com os presidiários antes mesmo da pandemia.

A reportagem ainda contrasta que o número de presos e de agentes penitenciários que morreram foi muito próximo, tendo em vista o contexto onde ambos se encontram. Os autores ainda expõem que houve diminuição da população carcerária no Brasil, mas que isso não foi refletido de forma substancial e notória. Mais a frente no texto, os autores trazem dados sobre outros delitos criminais e seus números durante o período de quarentena, no qual o fluxo de pessoas fora de casa reduziu drasticamente.

As fontes trazidas no texto foram o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, local no qual ambos autores atuam, o próprio Monitor da Violência, Anuário Brasileiro de Segurança Pública e o Conselho Nacional de Justiça. Ao todo, o texto possui 10 links, sendo três inseridos dentro da reportagem e o restante inserido em formato de lista como quebra de

parágrafo. Como especialista e fonte oficial do texto, os próprios autores realizam esse papel, uma vez que um autor é coordenador de projetos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e a outra é pesquisadora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Os links dentro do texto remetem ao levantamento do G1 que mostra que o percentual de detentos sem julgamento e também das taxas de superlotação nas unidades prisionais, a Recomendação 62, do Conselho Nacional de Justiça, e a notícia sobre a tragédia da Operação da Polícia Civil na comunidade do Jacarezinho, no Rio de Janeiro. Os links restantes são para conteúdos do Monitor da Violência, sendo eles população carcerária diminui, mas Brasil ainda registra superlotação nos presídios, infográfico mostra raio X do sistema prisional, Brasil aparece em 26º em ranking de países que mais encarceram, são quase 450 óbitos de presos e servidores, movimento combate desigualdades no acesso aos serviços, análise do NEV-USP: Superlotação, Covid-19 e ausência de dados sobre a pandemia e a metodologia do Monitor da Violência.

O texto conta com 20 parágrafos, divididos em três intertítulos. Os dados trazidos para esta reportagem são que 57 mil presos tiveram diagnóstico positivo para a doença e foram registrados 200 óbitos de pessoas encarceradas no país, foi óbito de 237 servidores em todo país, sendo 100 apenas no estado de São Paulo, há 682 mil presos no total no Brasil, houve diminuição do total de presos no Acre (-26,1%), Amapá (-21,4%), São Paulo (-8%), Minas Gerais (-10,1%) e no Rio de Janeiro (-14,2%).

Ainda dentro dos dados, o texto relata que houve aumento expressivo das prisões no Pará (+32,7%) e no Mato Grosso do Sul (+29,3%). A superlotação é ainda mais alta no Amazonas (com taxa de 196,2%) e em Mato Grosso do Sul (165,5%), mas há estados em que a superlotação foi de apenas 8,5%, como na Bahia. A porcentagem de presos sem julgamento representou 31,9% do total de pessoas encarceradas, cerca de 217 mil presos.

4.7.1. Raízes sociais e soluções

Não há explicação para as causas dos crimes citados, e o ponto principal da reportagem não é um crime atestado, então, não há explicação direta sobre isso. Também, não há referência à cor de pele dos indivíduos envolvidos, nem citações a crimes de ódio. Há referências socioeconômicas no texto, uma vez que traz relatos de familiares de presidiários que se enquadram na classe de baixa renda. A solução sugerida pelos autores são investimentos governamentais e políticas públicas que consigam atender as demandas

necessárias pelas unidades prisionais, expressa de forma direta e clara pelos autores do texto.

4.8. Reportagem 8 - "Medidas protetivas na luta contra a violência doméstica"

Data de publicação: 07/08/2021

Autor: Debora Piccirillo

Link:

<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/08/07/medidas-protetivas-na-luta-contra-a-violencia-domestica.ghtml>

A reportagem aborda as medidas protetivas em vigência com relação à violência doméstica, levando em consideração o contexto da pandemia e quarentena, no qual as pessoas não podiam sair de casa. O texto traz números e dados em relação a esse tipo de ocorrência no Brasil com comparativo ao mesmo período analisado, porém do ano anterior. A autora da reportagem traz exemplificações regionais de locais no qual o número de casos aumentou de forma preocupante.

Dentro do texto, reforça-se, como medida de solução, a necessidade do funcionamento das medidas protetivas e da Lei Maria da Penha, uma vez que se torna essencial dentro da realidade apresentada no Brasil. Ao finalizar, a autora da reportagem destaca a importância do conhecimento e da transparência obrigatória nos trâmites judiciais destes casos para que a vítima tenha o amparo necessário para resguardar seus direitos.

O texto traz como fonte o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP), apuração do Monitor da Violência, e a Lei Maria da Penha. O texto não possui nenhum link e nenhum conteúdo que remete para outro local. A reportagem conta com 10 parágrafos, escritos unicamente debaixo do título do texto, sem o uso de intertítulos ou quebra de texto. Mulheres não são entrevistadas para a construção deste material.

Os dados expostos na reportagem são 200 mil pedidos de medidas protetivas de urgência no primeiro semestre de 2021, aumento dos pedidos de medida protetiva de urgência de 13,8% em comparação entre o primeiro semestre de 2020 e o primeiro semestre de 2021, os estados da Paraíba, Alagoas e Piauí que tiveram o expressivo aumento de 75,9%, 63,6% e 27,6% respectivamente, e Goiás, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul não forneceram informação.

4.8.1. Mulheres como números

Também houve um aumento de 15,1% na concessão de medidas protetivas de urgência, e um aumento de 40,8% na revogação das medidas no primeiro semestre de 2021. O número de medidas negadas pelos juízes foi de 15.522 no primeiro semestre de 2021, um aumento de 13,5% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

O texto é feito com uma abordagem expositiva, ou seja, não há explicações sobre causas dos crimes, mesmo que o tema central seja sobre violência doméstica. Não há referência à cor de pele dos indivíduos, e também não há citação a crimes de ódio de seus variados tipos. Também não há indicadores de desigualdade social ou referências socioeconômicas dentro do texto. Da mesma forma, não há soluções apresentadas para a problemática em questão, além da resolução da Lei Maria da Penha, já existente e em vigor.

4.9 Reportagem 9 - "A emergência da violência doméstica na pandemia: 1 medida protetiva de urgência concedida a cada 2 minutos"

Data de publicação: 07/08/2021

Autor: Samira Bueno

Link:

<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/08/07/a-emergencia-da-violencia-domestica-na-pandemia-1-medida-protetiva-de-urgencia-concedida-a-cada-2-minutos.ghtml>

A reportagem aborda a necessidade do estabelecimento de medidas protetivas em relação a violência doméstica no Brasil, tendo em vista apurações feitas em relação ao crime cometido durante a pandemia, no qual gerou um aumento nas ocorrências e ocasiões. O texto faz relação ainda à comemoração dos 15 anos da criação da Lei Maria da Penha, e o quanto importante é a existência dessa lei dentro do país.

O texto expõe dados coletados no ano de 2021 com comparativos ao mesmo período do ano de 2020, para analisar o aumento ou diminuição desses números. A reportagem ainda traz algumas explicações jurídicas e alguns contextos de julgamento do crime de violência doméstica, os quais é usado para explicar sobre a necessidade de resguardar os direitos das mulheres.

As fontes trazidas são apenas o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, e também o uso da própria Lei Maria da Penha no corpo do texto. A reportagem não possui nenhum link anexado, e conta com 13 parágrafos, divididos em dois intertítulos. Os dados expostos no texto são cerca de 152 mil medidas protetivas de urgência (MPU) foram deferidas em 24 Unidades da Federação, aproximadamente uma medida protetiva de urgência foi expedida a cada dois minutos no país no primeiro semestre.

A reportagem também traz o total de estados que teve alta no número de ocorrências: ocorreu em 19 estados, com destaque para Alagoas, que cresceu 81,3%, passando de 246 para 446 medidas protetivas concedidas, e Acre, com crescimento de 73,7%, chegando a 1.155. Os estados que mais concederam medidas protetivas de urgência foram São Paulo, com 29.615 (22,8%), Minas Gerais, com 17.584 MPU (13,9%) e Rio de Janeiro, com 16.236 medidas (19,1%). No Distrito Federal (-5,6%), Paraná (-9,1%), Piauí (-0,2%), Roraima (-14,2%) e Tocantins (-3,7%) houve queda nas medidas protetivas expedidas no primeiro semestre de 2021.

4.9.1 Ainda sobre dor feminina

O texto é de teor expositivo, então não há nenhuma explicação fornecida em relação à motivação do crime de violência doméstica, apenas dados que informam sobre as medidas protetivas. Não há referência à cor de pele dos indivíduos ou a diferentes tipos de crime de ódio, por mais que a motivação da violência doméstica esteja ligada a uma forma de preconceito e opressão. Não há referências de nenhum tipo à situação socioeconômica no texto. Por fim, no texto não é apresentada solução para o problema, mas há a reafirmação da necessidade dos mecanismos já existentes. (acho que pode explorar um pouco mais as ideias sobre as mulheres)

4.10. Reportagem 10 - "Quatro iniciativas para o combate à violência contra a mulher; veja como elas funcionam"

Data de publicação: 07/08/2021

Autor: Clara Velasco e Gabriela Caesar

Link:

<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/08/07/quatro-iniciativas-para-o-combate-a-violencia-contr-a-mulher-veja-como-elas-funcionam.ghtml>

O texto aborda as quatro iniciativas contra violência doméstica que já existem no Brasil e como elas funcionam para serem utilizadas. A reportagem traz quadros que explicam sucintamente as ações sociais, de onde é e de que forma utilizá-las, e traz também contextos da ação, tais como de onde surgiu, quem teve a ideia, qual o caminho até chegar a efetivação da ação, se tem bom retorno, entre outros.

A reportagem traz entrevistas (de representantes governamentais e entidades independentes) e materiais de apoio disponibilizados para cada ação para que as pessoas se informem sobre e possam ter acesso ao serviço se estiver ao alcance dele. O texto explica passo a passo de cada processo, e de que forma a ação colabora contra a violência doméstica.

As fontes trazidas são Jamila Jorge Ferrari, coordenadora das Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs), Polícia Civil de São Paulo, cabo Juliana Cruz, Polícia Militar de Minas, a procuradora de Justiça Patrícia de Amorim Rêgo, do Ministério Público do Acre, Ministério Público do Acre, Tribunal de Justiça, o Ministério Público e a Defensoria Pública da Paraíba, Centro de Operações da Polícia Militar (Ciop) e Delegacias de Atendimento à Mulher.

A reportagem traz seis links, um anexado ao texto e o restante em formato de lista entre quebra de parágrafos. Os links remetem a notícias do portal G1: pedidos de medidas protetivas aumenta 14% no 1º semestre de 2021 no Brasil, conheça histórias de mulheres que denunciaram a violência doméstica durante a pandemia, a emergência da violência doméstica na pandemia: 1 medida protetiva de urgência concedida a cada 2 minutos, medidas protetivas na luta contra a violência doméstica, 'Protagonismo', diz primeira servidora transexual empossada no Ministério Público do Acre, e um link a metodologia do Monitor da Violência.

O texto possui 35 parágrafos que estão divididos em 5 intertítulos. Os dados expostos na reportagem são poucos, uma vez que é de cunho mais educativo. Segundo o texto, mais de 50 policiais analisam os boletins de ocorrência todos os dias e tomam as ações necessárias, como o pedido de medida protetiva de urgência.

4.10.1. Machismo não está no texto

Mesmo tratando-se sobre violência contra a mulher, não há explicação específica para os crimes de violência doméstica no contexto desta reportagem, tal qual não há referência à

cor de pele dos indivíduos. Não é citado nenhum crime de ódio além do machismo, o qual os entrevistados reiteram sobre as questões de machismo na sociedade e como isso colabora com o aumento da violência doméstica. O texto em si como todo já é uma proposta de solução, já que traz quatro formas de ajudar a combater a violência doméstica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma, foi percebido durante o percurso de análise dessa pesquisa que existe uma preocupação evidente dentro da editoria em relação a escrita jornalística do material analisado. Com o apoio da instituição acadêmica que colabora com a apuração dos fatos, as reportagens produzidas para o “Monitor da Violência” possuem uma abordagem diferente do factual trazido no jornalismo policial presente na grande mídia.

Conforme diz Kovach e Rosenstiel, o jornalismo tem como função estimular essas discussões e responder eventuais questionamentos que possam surgir da sociedade e também deve encontrar formas de transformar o significativo em interessante. Dentro da editoria analisada, é possível observar que o conteúdo apurado pelos veículos envolvidos no projeto é transformado para ser entregue ao público, há uma preocupação com a forma que o material é apresentado à sociedade.

Por se tratar de um tema que exige demasiado cuidado e atenção na sua abordagem, que é a apuração da violência e criminalidade no Brasil, nas reportagens analisadas percebe-se que há um cuidado em relação aos termos usados e fontes utilizadas na produção do material. A forma que as situações e os dados são descritos dentro da editoria se diferem da forma que o jornalismo policial apura e realiza notícias, tendo em vista o contexto imediatista de grande parte do material jornalístico que hoje compõem essa vertente.

As pautas escolhidas para a editoria dialogam entre si, uma vez que todas podem ser linkadas umas às outras, pois o conteúdo trazido em uma reportagem faz parte ou complementa outro material. Não há distinção social entre uma classe dominante e outra dominada dentro do contexto criminal, não é feita a inferiorização da população carcerária como seres marginais, mas sim há a abordagem deles enquanto minoria oprimida e vítimas da desigualdade social presente no país.

As fontes oficiais e noticiosas que foram utilizadas nas reportagens não possuem falas discriminatórias ou preconceituosas, não há propagação de discurso de ódio direcionado a população carcerária, foco frequente das reportagens analisadas. As fontes debatem e explicam sobre situações de desigualdade social e fatos que colaboram para a atual situação

de criminalidade no Brasil e também sobre as condições carcerárias para os presos e trabalhadores da área.

A pesquisa buscou analisar se havia uma hierarquização do conteúdo das reportagens no qual colocaria a população carcerária como classe inferior e se essa inferiorização teria correlação com a questão racial dos indivíduos envolvidos. Essa análise pode ser feita através da forma que o material jornalístico foi escrito e divulgado, tendo em vista os termos utilizados e toda a forma que o texto e as narrativas foram construídas dentro do material proposto pela editoria.

Conclui-se que para poder identificar e analisar termos utilizados e a forma que as envolvidas na notícia são descritas dependem de inúmeros fatores e nuances que partem desde a criação do veículo até mesmo ao surgimento do jornalismo. Há diversas influências que impactam na forma que o texto e conteúdo é produzido, e é necessário que estas sejam analisadas e consideradas dentro da análise das reportagens selecionadas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural**. Letramento: Belo Horizonte, 2018

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BORGES, Rosane da Silva. **Jornalismo-verdade ou condenação sumária: jornalismo policial e os mal-ditos no programa de TV Bandeira 2**. 2002. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BORGES, Rosane da Silva. (Org.). **Espelho infiel: o negro no telejornalismo brasileiro**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

D'ADESKY, J. **Pluralismo Étnico e Multi-Culturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

FERREIRA, Ricardo Alexino. **Quando a imprensa branca fala da gente negra: a visão eurocêntrica da imprensa na cobertura de afrodescendentes**. In: CARRANÇA, Flávio.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os profissionais devem saber e o público deve exigir**. Porto: Editora Porto, 2001.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Blur: How to Know What's True in the Age of Information Overload** (English Edition), eBook Kindle, 2010.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. 2a ed, São Paulo: Ática, 1987

LEAL FILHO, L. **Quarenta anos depois, a TV brasileira ainda guarda as marcas da ditadura**. Revista USP, São Paulo, n.61, p. 40-47, março/maio 2004.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

RIBEIRO, Fábio. **Telejornalismo policial como “jornalismo popular”: reflexão sociológica sobre uma categoria nativa**. Temática, Paraíba, v. 12, n. 8, 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/tematica/article/view/30085>>. Acesso em: 04 maio. 2022.

ROMÃO, Davi Mamblona Marques. **Jornalismo policial: indústria cultural e violência** / Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo?**. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1984

SEABRA, Roberto. **Dois séculos de imprensa no Brasil: do jornalismo literário à era da Internet**. 2006

SODRÉ, Muniz. **Claros e Escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SODRÉ, Muniz. **Mídia e Racismo: um pé fora da cozinha**. In: CARRANÇA, Flávio. BORGES, Rosane da Silva. (Org.). *Espelho infiel: o negro no telejornalismo brasileiro*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

TRAQUINA, Nelson. (2002). **O que é jornalismo?** Lisboa: Quimera.

APÊNDICES

São elementos opcionais, compostos por textos, documentos ou ilustrações, elaborados pelo próprio autor, a fim de complementar a sua argumentação e servir de referência ou suporte sem prejuízo à unidade nuclear do trabalho.

A palavra *apêndice* deve ser escrita em maiúsculas e identificada por uma letra do alfabeto em caixa alta, e o título deve ser centralizado, separado por hífen e vir em negrito; por exemplo: **APÊNDICE A – Título do apêndice**. O documento pode ficar no formato original ou sofrer alterações para que não se diferencie da formatação do restante do texto.

Os apêndices devem ter suas páginas enumeradas na ordem do trabalho. Além disso, devem constar no sumário, ser identificados e seguidos de suas respectivas páginas.

ANEXOS

ANEXO A - Brasil tem alta de 4% no número de assassinatos nos primeiros nove meses do ano. Disponível em

<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/11/19/brasil-tem-alta-de-4percent-no-numero-de-assassinatos-nos-primeiros-nove-meses-do-ano.ghtml>

ANEXO B - Vidas menosprezadas, mortes banalizadas. Disponível em

<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/04/23/vidas-menosprezadas-mortes-banalizadas.ghtml>

ANEXO C - Número de policiais mortos com Covid-19 é mais que o dobro dos que foram assassinados nas ruas em 2020. Disponível em

<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/04/23/numero-de-policiais-mortos-com-covid-19-e-mais-que-o-dobro-do-de-assassinados-nas-ruas-em-2020.ghtml>

ANEXO D - Superlotação, Covid-19 e ausência de dados: a situação das prisões brasileiras.

Disponível em

<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/05/17/superlotacao-covid-19-e-ausencia-de-dados-a-situacao-das-prisoas-brasileiras.ghtml>

ANEXO E - Com 322 encarcerados a cada 100 mil habitantes, Brasil se mantém na 26ª posição em ranking dos países que mais prendem no mundo. Disponível em

<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/05/17/com-322-encarcerados-a-cada-100-mil-habitantes-brasil-se-mantem-na-26a-posicao-em-ranking-dos-paises-que-mais-prendem-no-mundo.ghtml>

ANEXO F - Sistema prisional registra quase 450 óbitos por Covid-19; nº de servidores mortos é maior que o de presos. Disponível em

<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/05/17/sistema-prisional-registra-quase-450-obitos-por-covid-19-no-de-servidores-mortos-e-maior-que-o-de-presos.ghtml>

ANEXO G - Mesmo com redução da população carcerária, situação nos presídios escancara necessidade de reforma estrutural urgente. Disponível em

<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/05/17/mesmo-com-reducao-da-populacao-carceraria-situacao-nos-presidios-escancara-necessidade-de-reforma-estrutural-urgente.ghtml>

ANEXO H - Medidas protetivas na luta contra a violência doméstica. Disponível em <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/08/07/medidas-protetivas-na-luta-contra-a-violencia-domestica.ghtml>

ANEXO I - A emergência da violência doméstica na pandemia: 1 medida protetiva de urgência concedida a cada 2 minutos. Disponível em <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/08/07/a-emergencia-da-violencia-domestica-na-pandemia-1-medida-protetiva-de-urgencia-concedida-a-cada-2-minutos.ghtml>

ANEXO J - Quatro iniciativas para o combate à violência contra a mulher; veja como elas funcionam. Disponível em <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/08/07/quatro-iniciativas-para-o-combate-a-violencia-contra-a-mulher-veja-como-elas-funcionam.ghtml>